

Editorial

EJA e territorialidade: a imprescindibilidade de demarcar espaços

Ivelâ Pereira

Editora-chefe

Doutora em Linguística (UFSC)

Professora EBTT (IFSC, câmpus Chapecó)

E-mail: ivelapereira@ifsc.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7840-0678>

DOI: <https://doi.org/10.35700/2317-1839.2023.v12n22.4785>

Iniciamos este editorial com as reflexões oriundas de uma carta de Paulo Freire escrita em abril de 1992, ou seja, mais de 30 anos atrás. Na ocasião, o texto teve por objetivo responder perguntas à “Encuesta” realizada pela Fundação de Investigações Sociais e Políticas do Centro Ecumênico de Educação Popular, de Buenos Aires, sobre o V Centenário do chamado “Descobrimento da América”. O educador responde, de maneira exemplar, os motivos pelos quais não achava coerente comemorar tal data.

O que Paulo Freire faz na carta é dar uma aula sobre pensamento decolonial, afirmando que a sua posição ideológica em relação ao chamado “descobrimento da América” é significativamente crítico, argumentando, primeiramente, que não houve uma *descoberta* propriamente dita, mas sim uma *invasão* e, olhando por esta perspectiva, “não serão, pois, os 500 anos que nos separam da chegada invasora que [...] o] farão bendizer a mutilação do corpo e da alma da América e cujas mazelas carregamos hoje ainda” (Freire, 2000, p. 34).

É instigante perceber que esse pensamento decolonial, em defesa dos povos originários, uma luta coletiva que tem se fortalecido e aparecido (com maior vigor) nas grandes mídias e na escola muito recentemente no Brasil, já consistia numa pauta bastante encorpada e sólida de Paulo Freire no início da década de 1990. Desse modo, ao referido educador, já na época, não fazia sentido comemorar invasões territoriais e, como ele mesmo afirmava: não se trata de se deixar “possuir pelo ódio aos europeus, [...] mas] não se acomoda[r] diante da malvadeza intrínseca a qualquer forma de colonialismo, de invasão, de espoliação. É a de quem recusa a encontrar positividades em um processo de natureza perverso” (Freire, 2000, p. 34).

A bandeira de Paulo Freire, portanto, não é a dos “conquistadores de terras”, mas sim dos povos originários, que tiveram suas vidas dilaceradas e ceifadas pela ganância imbricada no processo colonizatório. Ele ainda acrescenta:

O corpo e a alma da América, o corpo e a alma de seus povos originários, assim como o corpo e a alma dos homens e das mulheres que nasceram no chão americano, filhos e filhas de não importa de que combinações étnicas, o corpo e a alma de mulheres e homens que dizem não à dominação de um Estado sobre o outro, de um sexo sobre o outro, de uma classe social sobre a outra, sabem, o corpo e a alma dos progressistas e das progressistas, o que representou o processo de expansão europeia que trazia em si as limitações que nos eram impostas. E porque sabem que não podem bem-dizer os invasores nem a invasão. **Por isso mesmo é que a melhor maneira, não de festejar os 500 anos de invasão, não cruzando, porém, os braços diante dos festejos a eles feitos, seria homenagear a coragem, a rebeldia, a decisão de brigar, a bravura, a capacidade de lutar contra o invasor; a paixão pela liberdade, de índios e índias, de negros e negras, de brancos e brancas, de mamelucos, que tiveram seus corpos rasgados, seus sonhos despedaçados, suas vidas roubadas** (Freire, 2000, p. 34, grifos nossos).

E essa homenagem que ele presta à coragem dos oprimidos para romperem sistemas hegemônicos e opressores é um ponto-chave não somente nesta carta, mas em toda a obra de Paulo Freire. Nesse sentido, sua participação numa comemoração de um quinto centenário de viés colonial seria totalmente contraditória em relação às ideias propostas pelo educador. Conforme suas próprias palavras, ele comemora “não a invasão, mas a rebelião contra a invasão” (Freire, 2000, p. 34).

Além disso, o autor faz a ressalva de que um grande ensinamento que a experiência colonial absurdamente trágica nos proporcionou é o aprendizado da “inconformidade diante das injustiças”, cabendo a nós a luta por uma libertação, em unidade, na luta dos frágeis, em coletividade, contra os fortes. E é justamente neste ponto de “elogio à rebeldia” que Freire levanta a bandeira dos sem-terra, sem-escola, dos favelados, impulsionando-os (e nos motivando) a uma luta coletiva quanto a quaisquer tipos de discriminação. Para ele, algo a ser efetivamente comemorado é o aprendizado da luta por direitos, o qual ocorreu em nossa sociedade em situações de exploração. Por fim, a carta é finalizada com uma espécie de chamamento:

E é exatamente esta vontade de ser nós mesmos e este desejo forte, alentados pelo sonho possível, pela UTOPIA tão necessária quanto viável, que marchamos os progressistas e as progressistas destas Terras de América para a concretude, a realização dos sonhos dos Vascos, de Quiroga y Tupa, dos Bolivares, dos San Martins, dos Sandinos, dos Tiradentes, dos Chés, dos Romenos. **O futuro é dos povos e não dos Impérios** (Freire, 2000, p. 35, grifo nosso).

Essas reflexões de Paulo Freire são fundamentais para pensarmos sobre invasão de territórios e os termos eufêmicos que são utilizados por uma sociedade colonizadora, como “descobrimento”, “achamento” e tantos outros. No entanto, para além da criticidade a respeito da terminologia, tem-se a questão importante das terras que foram perdidas, explicitando-se cada vez mais a necessidade de justiça social e de reforma agrária.

Isso ocorre não só no Brasil, mas em todo o mundo, quando se trata de roubos de territórios para fins de exploração e espoliação. Aproximadamente 530 anos depois, nosso sentimento de indignação é reiterado na medida em que os mesmos pensamentos hegemônicos e colonizatórios insistem em se impor sobre os mais fragilizados e grupos minorizados, como, por exemplo, os indígenas brasileiros.

Num contexto em que o Brasil ainda se digladiava para evitar, a todo custo, a demarcação das terras indígenas, usando argumentos de “marco temporal” e tantos outros, nossa posição, como educadores freirianos, é a de defesa dos povos originários, quilombolas, ribeirinhos e outros povos tradicionais que tiveram suas vidas destruídas por invasores de terras e seus respectivos jagunços. Nesse sentido, o contexto de “territorialidade” se faz essencial para pensarmos que território e identidade são pontos que se entrelaçam, haja vista que a identidade de um povo se constitui também na terra em que ocupa (ou é obrigado a desocupar).

Conforme Souza (2000, p. 78), “o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de *relações de poder*”. Assim, não é possível pensar em *território* e *territorialidade*, sem pensar em tais relações. Ademais, ao tratar de territorialidade, o autor explica que uma maneira mais abrangente e crítica para abordar tal temática:

[...] pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja

território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade, a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (Souza, 2000, p. 86).

Além da característica de se constituir num campo de forças, teia ou rede de relações sociais, o conceito de “território” tem, em seu bojo, ao menos, duas matizes:

Essa distinção entre território como instrumento do poder político (quase sempre de caráter estatal, ligado à questão da cidadania) e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas (defensores de uma “cidadania-mundo”, calcada ou não na territorialidade-padrão dos Estados-nações) e multiculturalistas (defensores do respeito às especificidades culturais, que pode incluir as diferentes concepções de territorialidade moldadas no interior de cada cultura) (Haesbart, 1997, p. 37).

A partir disso, pode pensar o leitor: mas de que maneira esses conceitos podem se relacionar com a temática da EJA? O que todas essas reflexões sobre a disputa de territórios no Brasil tem a ver com a Educação de Jovens e Adultos? Por que um educador da EJA deveria pensar sobre temas tão complexos e emblemáticos na sociedade contemporânea?

Uma primeira resposta, para nós, é que o educador da EJA não pode ignorar o contexto histórico, social e cultural em que vive, muito menos as mazelas resultantes de um passado exploratório, porém, há outras “teias” que se entrelaçam aqui e precisam ser mencionadas. Tal como os povos tradicionais sofrem um processo de marginalização e disputa constante por seus territórios, o campo da EJA também vivencia constantemente esses tensionamentos na busca por um lugar na sociedade e, de preferência, um lugar de maior destaque e respeito.

Grosso modo, todo educador da EJA que milita por tal modalidade de educação já passou por momentos de “disputas territoriais”, ora no âmbito abstrato, na busca por momentos de fala e valorização, ora no âmbito físico mesmo, no sentido de a sociedade (e a escola) não propiciar(em) espaços físicos para a educação de jovens e adultos. Como exemplo disso, podemos citar os constantes fechamentos de cursos da EJA no Brasil, para

darem espaço a outras modalidades ou a projetos mais “prestigiados”, muitas vezes com o argumento da “alta evasão escolar na EJA”, explicitando (de modo escancarado) a desvalorização da EJA no Brasil.

E o que acontece quando algo é desvalorizado e marginalizado? Perde-se território e, junto com ele, enfraquece-se a territorialidade, muitas vezes alcançada a duras penas. Com base nessa realidade, é que podemos asseverar que o educador da EJA é constantemente um lutador por territórios, sejam eles físicos, culturais, identitários e outros. Trabalhar na EJA significa estar sempre pronto para a rebeldia contra um sistema hegemônico, ou, como já mencionado por Paulo Freire, uma “rebelião contra a invasão” de nossos territórios. Há uma constante imprescindibilidade de demarcar nossos espaços.

Por conta disso, a capa desta edição conversa com os pontos aqui elencados neste editorial ao exibir a imagem de uma cerca formada por veias e sangue, uma metáfora que busca bem representar a luta sangrenta dos povos tradicionais pela manutenção (e recuperação) de seus territórios, assim como a luta constantes dos educadores-militantes da EJA em prol de nossos espaços. Não obstante essa imagem possa causar incômodo ao leitor, ela se faz estritamente necessária na representação das lutas que se impõem aos invadidos em seus territórios.

Assim, o anseio de nossa equipe editorial é de que os leitores desta edição refletam sobre a territorialidade nos espaços da EJA, indagando-se sobre quais lugares nos são destinados e quais ainda nos são inviabilizados, a fim de que tal realidade nos impulsione para uma *práxis transformadora e emancipatória* (cf. Vásquez, 2011; Ramos, 2013; 2014, Saviani, 2005) tão necessária em nosso contexto histórico.

Uma ótima leitura a todos!

Referências

CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: Conceitos e temas. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Ina; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 165-206.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

RAMOS, M. N. Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014.

RAMOS, M. N.. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA: A Crise da Sociabilidade do Capital e a Produção do Conhecimento, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFF, UERJ, EPSJV, 2013. p. 193-212. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 26 mai. 2024.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica:** Primeiras aproximações. 9. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, M. J. P.. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUSA JUNIOR, J. Trabalho, práxis e o programa marxiano de educação. **ANPEd**, Caxambu, 2009. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br>. Acesso em: 26 mai. 2024.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** Trad. María Encarnación Moya. 2^a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso); São Paulo: Expressão Popular, 2011.